

CONHECIMENTO GERAL

CARTÃO – PROVA 01

– LÍNGUA PORTUGUESA –

Leia, atentamente, o texto a seguir:

A crase fora da lei

(1) A crase não foi feita para humilhar ninguém. Esse aforismo, criado há cinquenta anos pelo poeta Ferreira Gullar num momento de humor, agora está sendo usado como arma para acabar com o acento grave (´) no a. O deputado João Herrmann Neto pretende abolir esse acento do português do Brasil por meio do projeto de lei 5.154, de 2005.

“Art. 1º – Fica extinto o uso do acento grave para indicar a ocorrência da crase.

Parágrafo único – A ocorrência de crase da preposição a com o artigo, pronome demonstrativo e pronome relativo continuará normalmente, deixando apenas de ser indicada pelo acento grave.

Art. 2º – Conceder-se-á às empresas editoras de livros e publicações o prazo de 3 (três) anos para o cumprimento do que dispõe esta Lei.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor 30 dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

(2) Curto e grosso. Ainda bem que o involuntariamente engraçado parágrafo único do artigo primeiro consente que o fenômeno lingüístico continue existindo. Que alívio! Porque tal fenômeno existe independentemente da vontade dos viventes e falantes da língua. Por sábios ou tolos que sejam. Aliás, se pretendesse abolir um fato sintático, seria como se tentasse revogar a lei da gravidade. Ou, mais difícil: determinar que todos os políticos fossem honestos. Ou, mais ainda: que os governantes governassem em benefício dos governados, da população, e não, deslumbrados, em interesse pessoal, da corte, de agregados e concessionários. Como o atual e o anterior, por exemplo.

Tropeçando nos acentos

(3) Para justificar seu projeto, o deputado cita a frase de Ferreira Gullar e a crônica “Tropeçando nos Acentos”, em que o escritor Moacir Scliar reclama do excesso de sinais gráficos usados na língua (...).

(4) – O emprego do acento grave para marcar a crase não tem feito outra coisa desde sua instituição a não ser humilhar muita gente. Ao escrever, oito entre dez brasileiros encontram dificuldade com relação a questões de crase. Isso é de conhecimento de todos. O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a designar o acento que se aplica – diz o deputado.

(5) Oito entre dez? De que universo terá o deputado tirado a conclusão? Do mundo político? Pelo espetáculo das CPIs, talvez tenha sido otimista. Herrmann se apóia neste trecho da crônica de Scliar:

(6) “Alguém já disse que os ingleses conquistaram o mundo porque não precisavam perder tempo acentuando as palavras. Pode não ser verdade, mas o gasto de energia representado pelos agudos, pelos circunflexos, pelos tremas é uma coisa impressionante. E a pergunta é: para quê, mesmo? Alguém já disse que a crase não foi feita para humilhar ninguém (...)”

(7) O “alguém” lembrado por Scliar deve ter sido Monteiro Lobato, inimigo de todos os acentos. Ele se recusava a usá-los. Dizia que a língua inglesa – sem nenhum acento – ultrapassara de longe a francesa, em que se perde tempo pondo às vezes até três acentos numa só palavra – é só lembrar os participios passados *accéléré, écrété, téléphoné*.

(8) Informado, no entanto, de que seu nome dançava no projeto do deputado Herrman, Scliar foi cauteloso:

(9) – Sou a favor, sim, da simplificação do sistema de sinais da língua. Para os que a estão aprendendo e para os que não têm grande intimidade com ela, o sistema de acentuação é um complicador. Mas jamais se deveria pensar no assunto sem um estudo lingüístico profundo, sem uma análise cuidadosa das implicações. Basta lembrar que nossa língua passou por várias reformas, sempre com alguma confusão.

(10) Ferreira Gullar discorda, e lembra o surgimento da frase.

(11) – Em 1955, publiquei no *Suplemento Literário do Diário de Notícias*, no Rio, os meus aforismos sobre a crase. Esse, usado pelo deputado, foi um deles. Eis alguns outros. “*Quem tem frase de vidro não joga crase na frase do vizinho*”; “*Frase torcida, crase escondida*”, “*Uns craseiam outros ganham fama*”; “*Campeões da crase, quando erram, ditam leis*”.

(12) Mais tarde, a crônica foi publicada no livro *A Estranha Vida Banal*. Quanto ao projeto, é incisivo.

(13) – Minha frase foi uma brincadeira. Não tenho nada contra o acento indicador da crase. Acho que acabar com ele não tem cabimento. Ainda mais dessa forma. A tendência de tudo simplificar indica menosprezo pela inteligência alheia. Faz pressupor que pessoas não especializadas são incapazes de aprender uma coisa relativamente simples. Parece um culto à preguiça. Quanto a dizer que erram muito na identificação da crase, é verdade. Mas erram em tudo, não só na crase. (...)

“Totalmente absurdo”

(14) O professor Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras, também critica o projeto.

(15) – O deputado apóia-se num artigo em que o Scliar reclama da pleora de acentos. Embora faça menção à crase, referia-se ao excesso de acentos. Mas já foi pior. A reforma de 1971 aboliu quase inteiramente os acentos diferenciais. Pela regra anterior, acentuavam-se, por exemplo, palavras como o pronome “êle”, para estabelecer diferença com a letra “ele”; (...); “aquêle”, pronome, e “aquele”, do verbo “aquelar”. Mas a crase é um fenômeno de sintaxe. O deputado está misturando as coisas. É um projeto totalmente absurdo.

(16) A professora Maria Helena de Moura Neves, da UPM e da Unesp e do Mackenzie, analisou o projeto e conclui:

(17) – Uma iniciativa do gênero teria, em primeiro lugar, de ser cientificamente fundamentada: a evocação de razões teria de partir de questões ligadas à sustentação do sistema lingüístico (por exemplo, há estudiosos que defendem, sim, que esse acento grave não se justifica, porque o a artigo e o a craseado não se distinguem foneticamente, no Brasil). Por isso mesmo, uma iniciativa desse tipo teria de fazer parte de uma política global de simplificação das notações diacríticas, que não perdesse de vista o sistema como um todo, tratando coerentemente todos os fatos do mesmo âmbito. De qualquer modo, nunca poderia vir como medida salvadora de alunos (e professores), que, com ela, evitariam a necessidade de estudar tanto!

(18) Francisco Platão Savioli, professor e coordenador de gramática e texto no Anglo Vestibulares, é mais agressivo na oposição.

(19) – Está rolando um tsunami político, e o cidadão se preocupa com a

folha que ameaça entupir a calha. Coisa irrelevante. Não tem cabimento legislar sobre um assunto como esse. E fora de hora. A propósito, um exemplo: *A noite chegou*. Na linguagem falada há ambigüidade; na escrita, depende do acento. Alguém chegou à noite, ao escurecer? Ou foi a noite que chegou no fim da tarde? Como saber o sentido de uma frase como essa, sem o acento?

(20) O deputado Herrmann Neto diz que a ambigüidade será resolvida pelo contexto. Nem sempre.

(21) *Lenise cheira a rosa*. Essa afirmação será ambígua, se oral. Se escrita, terá sentidos diferentes com ou sem o acento grave no “a” que precede “rosa”. *Lenise cheira a rosa* significa obviamente que a dama aspira o perfume da rosa. *Lenise cheira à rosa* quer dizer que a princesa tem o perfume da flor, nem é preciso explicar.

(22) Mais? *Matar alguém a fome X Matar alguém à fome*. Sem acento, alguém mata a própria fome. Com acento, mata-se alguém pela fome. Como na África ou em ásperas periferias brasileiras.

(...)

(23) Os seguintes títulos de jornais, por exemplo, foram lembrados pelo professor Platão:

(24) “Tim Maia depõe a CPI e acusa gravadoras.”

(25) “Testemunha que depôs a relatora da ONU é morta.”

(26) Esculpidos por redatores distraídos, tais títulos saíram sem o necessário acento no a. Conseqüência: Tim Maia acabou com a CPI, e a poderosa testemunha destituiu a relatora da ONU.

(...)

Luft decifra a crase

(27) A propósito de frases de sentido ambíguo, com ou sem acento no a, a Editora Globo vai lançar em breve o primeiro volume de inéditos em livro do filólogo Celso Pedro Luft (1921-1995), *Decifrando a crase: o domínio do a acentuado*, um longo e detalhado estudo sobre o assunto. É trabalho organizado e supervisionado pela viúva do autor, a escritora Lya Luft, e coordenado pelo professor Marcelo Módolo, da Universidade de São Paulo.

(28) Nesse trabalho, talvez o mais profundo já feito sobre a crase, Luft sugere que o acento no a deveria ser abolido do português brasileiro e reservado apenas para os casos especiais, nos quais haja ambigüidades. *Cheirar a gasolina e cheirar à gasolina* é um deles, registrado por Módolo na apresentação. Outros, citados por Luft:

(29) *Alguém bateu a porta X Alguém bateu à (na) porta.*

(30) *A moça correu as cortinas. X A moça correu às (para as) cortinas.*

(...)

(31) Os exemplos são auto-explicativos.

(32) “Isso nos mostra a utilidade – e mesmo a necessidade – do acento no a: antes de tudo, é um imperativo de clareza”, registrou Luft no texto.

(33) Difícil discordar da argumentação de quem estudou o assunto tão bem e por tanto tempo. No entanto, quando o Congresso tiver feito um bom expurgo no pedaço e estiver menos atarefado, talvez possa discutir o projeto e iluminar definitivamente o tema. É o que todos esperamos ansiosos.

(MACHADO, Josué. A crase fora da lei. *Língua Portuguesa*. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 30-5, out./nov. 2005.)

Questão 1: O autor, ao longo do texto, procura, principalmente:

- a) criticar posições contrárias à abolição do sinal da crase.
- b) endossar posicionamentos a favor da eliminação do sinal da crase.
- c) informar sobre diversas opiniões quanto ao emprego do sinal da crase.
- d) esclarecer o teor de projeto polêmico sobre a eliminação do sinal da crase.
- e) ilustrar como literatos e gramáticos não se entendem quanto à eliminação do sinal da crase.

Questão 2: “A crase não foi feita para humilhar ninguém.” (§ 1) Esse aforismo:

- a) não ampara a tese defendida pelo deputado Herrman.
- b) reflete a inabilidade de seu autor no uso do sinal da crase.
- c) dissocia sinal indicativo da crase de iniciativa particular.
- d) afina-se com o pensamento dos autores citados no texto.
- e) deixa implícita a dificuldade no domínio da convenção.

Questão 3: “Parágrafo único – A ocorrência de crase da preposição a com o artigo, pronome demonstrativo e pronome relativo continuará normalmente, deixando apenas de ser indicada pelo acento grave.” (§ 1). Josué Machado se refere a esse parágrafo como “involuntariamente engraçado” (§ 2) porque:

- a) consente algo que independe de assentimento.
- b) o humor é incompatível com textos legislativos.
- c) pretende relevar a impropriedade do humor.
- d) a crase não deveria ser alvo de legislação.
- e) só a lei pode preservar o sinal da crase.

Questão 4: Relendo o segundo parágrafo como um todo, percebe-se que nele o articulista se mostra nitidamente:

- a) místico.
- b) satírico.
- c) conservador.
- d) alienado.
- e) apolítico.

Questão 5: O professor Evanildo Bechara (§ 15) procura mostrar que o deputado João Herrman, quando se apóia na crônica de Scliar (§ 6) para justificar seu projeto “anticrase”,

- a) foi realmente ao cerne da questão.
- b) não percebeu a real intenção do cronista.
- c) ratificou as idéias absurdas do cronista.
- d) antecipa interesse de erradicar os acentos.
- e) revela conhecimento de fenômenos sintáticos.

Questão 6: Aponte o par cujos autores citados por Josué Machado apresentam posições que se opõem integralmente às defendidas por João Herrman Neto.

- a) Evanildo Bechara (§ 15) e Celso Pedro Luft (§ 28)
- b) Francisco Savioli Platão (§ 19) e Celso Pedro Luft (§ 28)
- c) Ferreira Gullar (§ 13) e Evanildo Bechara (§ 15)
- d) Moacir Scliar (§ 9) e Maria H. Neves (§ 17)
- e) Moacir Scliar (§ 9) e Ferreira Gullar (§ 13)

Questão 7: O aforismo “*Campeões da crase, quando erram, ditam leis*” (§ 11) permite o entendimento de que:

- a) o emprego do sinal da crase pode ser balizado por legislação específica.
- b) os especialistas de renome é que deveriam legislar sobre o sinal da crase.
- c) a língua escrita evolui lentamente no que se refere ao uso do sinal da crase.
- d) o que é certo hoje, na língua escrita, pode ter sido considerado erro no passado.
- e) o erro de especialistas no assunto crase não legitima o desvio cometido.

Questão 8: “Tim Maia depõe a CPI e acusa gravadoras.” (§ 24) Esse segmento é usado por Savioli para demonstrar que o sinal da crase é:

- a) irrelevante, pois o contexto se encarrega de esclarecer sentidos.
- b) esquecido, muitas vezes, pelos redatores dos jornais brasileiros.
- c) de uso nitidamente facultativo, em vários contextos.
- d) uma das dificuldade mais comuns da língua portuguesa.
- e) necessário para evitar a ambigüidade de certas construções.

Questão 9: “– Em 1955, publiquei no *Suplemento Literário do Diário de Notícias*, no Rio, os meus aforismos sobre a crase. Esse, usado pelo deputado, foi um deles.” (§ 11) O emprego do demonstrativo, no trecho de Ferreira Gullar, atende aos princípios da língua escrita culta, assim como em todas as alternativas seguintes, **exceto**:

- a) Preocupa-me isto: a possível eliminação do sinal indicativo da crase.
- b) Querem eliminar o sinal da crase. Isso preocupa muito alguns especialistas.
- c) Errei na “crase” e na acentuação. Esta vai passar por uma reforma; aquela também está na mira da lei.
- d) Nesses tempos que estamos vivendo, até com a “crase” querem mexer.
- e) Este sinal da crase, aqui estampado no livro, é uma aberração gráfica.

Questão 10: “O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica – diz o deputado.” (§ 4) Considerando que, a rigor, crase é a fusão de duas vogais idênticas em uma só, aponte a alternativa em que o acréscimo à fala do parlamentar contribui para torná-la tecnicamente mais precisa.

- a) O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica e não o fenômeno ortográfico.
- b) O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica e não o fenômeno fonético.
- c) O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica e não o fenômeno estilístico.
- d) O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica e não o fenômeno morfológico.
- e) O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica e não o fenômeno semântico.

Questão 11: Em todas as alternativas, o elemento grifado tem função coesiva e retoma o termo anterior, **exceto** em:

- a) “Minha frase foi uma brincadeira. Não tenho nada contra o acento indicador da crase. Acho que acabar com ele não tem cabimento.” (§ 13)
- b) “O ‘alguém’ lembrado por Scliar deve ter sido Monteiro Lobato, inimigo de todos os acentos. Ele se recusava a usá-los.” (§ 7)
- c) “A crase não foi feita para humilhar ninguém. Esse aforismo, criado há cinquenta anos pelo poeta Ferreira Gullar num momento de humor...” (§ 1)
- d) “O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a designar o acento que se aplica – diz o deputado.” (§ 4)
- e) “ ... Para justificar seu projeto, o deputado cita a frase de Ferreira Gullar e a crônica ‘Tropeçando nos Acentos’” (§ 3)

Questão 12: A julgar pelas informações do professor Bechara (§ 15), pode-se concluir que, dos pares de palavras seguintes, somente o primeiro elemento de um deles **não** se encontra registrado em dicionário publicado segundo a reforma de 1971. Aponte-o.

- a) sabiá (substantivo) / sabia (verbo)
- b) fábrica (substantivo) / fabrica (verbo)
- c) comércio (substantivo) / comercio (verbo)
- d) tevê (substantivo) / teve (pretérito perfeito de *ter*)
- e) colhêr (verbo) / colher (substantivo)

Questão 13: “Quem tem frase de vidro não joga crase na frase do vizinho”, diz o poeta Ferreira Gullar. (§ 11) Nas alternativas seguintes, há “frases de vidro”, **exceto** em:

- a) Não haviam motivos para que eles ficassem tão desconfiados.
- b) Estou trabalhando nesta empresa a mais de oito anos.
- c) É muito difícil para mim aceitar as injustiças que se cometem.
- d) Daqui há alguns meses vou viajar para os Estados Unidos.
- e) Os motivos porque ele faltou são conhecidos pelos condôminos.

Questão 14: Em “– O emprego do acento grave para marcar a crase não tem feito outra coisa desde sua instituição a não ser humilhar muita gente.” (§ 4), os segmentos destacados expressam relações semânticas, respectivamente, de:

- a) fim, tempo e exceção.
- b) lugar, tempo e causa.
- c) fim, espaço e tempo.
- d) consequência, causa, modo.
- e) causa, tempo, exceção.

Questão 15: “Ao escrever, oito entre dez brasileiros encontram dificuldades com relação a questões de crase.” (§ 4) Confirma a afirmação do deputado uma redação do tipo:

- a) Preocupam-me as questões de crase.
- b) Refiro-me às questões de crase.
- c) Entendi a difícil questão de crase.
- d) Refiro-me à qualquer questão de crase.
- e) Fiz referência às duas questões de crase.

Questão 16: “O ‘alguém` lembrado por Scliar deve ter sido Monteiro Lobato, inimigo de todos os acentos.” (§ 7) Nesse segmento, o autor empregou a vírgula pelo mesmo motivo por que usaria em uma construção do tipo:

- a) Meus amigos, por favor, fiquem atentos ao que vou dizer agora.
- b) Essas palavras, que vêm do fundo de meu coração, são muito sinceras.
- c) São muito sinceras essas palavras, fruto da mais profunda reflexão.
- d) Atenta, toda a assembléia ouvia as sábias palavras do notável pregador.
- e) Sempre que ouço aquelas sábias palavras, ponho-me a refletir.

Questão 17: “... é só lembrar os participios passados accéléré, écrêté, téléphoné.” (§ 7) O contexto permite traduzir a forma grifada por:

- a) acelerado.
- b) acelerando.
- c) acelerar.
- d) acelere.
- e) aceleraria.

Questão 18: Na expressão de Luft, o sinal da crase como “imperativo de clareza” (§ 32) só **não** foi usado em:

- a) Saiu à francesa.
- b) Ela cheirava à rosa.
- c) Bateu à porta.
- d) Aludiu à festa.
- e) Recebi à bala.

Questão 19: “Embora faça menção à crase, referia-se ao excesso de acentos.” (§ 15) Esse trecho da fala do professor Bechara é apresentado sob novas redações. Uma delas, entretanto, compromete radicalmente o sentido original. Aponte-a.

- a) Apesar da menção à crase, referia-se ao excesso de acentos.
- b) Enquanto fazia menção à crase, referia-se ao excesso de acentos.
- c) Fazia menção à crase, mas se referia ao excesso de acentos.
- d) Conquanto fizesse menção à crase, referia-se ao excesso de acentos.
- e) Se bem que fizesse menção à crase, referia-se ao excesso de acentos.

Questão 20: “Para justificar seu projeto, o deputado cita a frase de Ferreira Gullar e a crônica “Tropeçando nos Acentos”, em que o escritor Moacir Scliar reclama do excesso de sinais gráficos usados na língua...” (§ 3) A regência verbal estaria comprometida se, no lugar da oração grifada, o autor redigisse:

- a) na qual não entendi.
- b) da qual não me esqueço.
- c) cuja leitura recomendo.
- d) a cuja leitura me entrego.
- e) da qual gostei muito.

– LEGISLAÇÃO –

Questão 21: São princípios da Administração Pública expressos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, **exceto**:

- a) liberdade
- b) impessoalidade
- c) publicidade
- d) legalidade
- e) eficiência

Questão 22: Tendo em vista as disposições constitucionais sobre servidor público, assinale a alternativa **verdadeira**.

- a) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros, sendo inacessíveis aos estrangeiros.
- b) O servidor público civil, ao ingressar no serviço público, tem o dever de se associar à entidade sindical de sua categoria.
- c) O direito de greve do servidor público será exercido nos termos e nos limites de lei específica.
- d) É absolutamente vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- e) A vedação de acumulação de cargo público não abrange as autarquias, fundações e empresas públicas.

Questão 23: Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) É permitida, diante de excepcional interesse público, a contratação temporária de pessoal pela Administração Pública.
- c) As obras, serviços, compras e alienações serão contratados pela Administração Pública mediante processo de licitação pública, ressalvados os casos especificados em lei.
- d) Tendo em vista o princípio da moralidade, é vedada a publicidade dos atos, dos programas, das obras, dos serviços e das campanhas dos órgãos públicos.
- e) Sem prejuízo da ação penal cabível, os atos de improbidade administrativa importarão, entre outras sanções, a suspensão dos direitos políticos.

Questão 24: Tendo em vista a Lei do Processo Administrativo no âmbito federal (Lei nº. 9.784/99), é **incorreto** afirmar que:

- a) órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.
- b) no processo administrativo, serão adotadas formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.
- c) no processo administrativo, são direitos dos administrados formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- d) no processo administrativo, é dever dos administrados expor os fatos conforme a verdade.
- e) no processo administrativo, são capazes as pessoas a partir de vinte e um anos de idade.

Questão 25: Nos processos administrativos, serão observados, entre outros, os seguintes critérios, **exceto**:

- a) atuação conforme a lei e o Direito;
- b) atendimento a fins de interesse geral, permitida, como regra, a renúncia total ou parcial de poderes ou competências;
- c) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;
- d) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;
- e) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Questão 26: Sobre o processo administrativo, marque a alternativa **correta**.

- a) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- b) Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo ou língua estrangeira, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- c) O reconhecimento de firma em documentos será sempre exigido.
- d) A autenticação de documentos exigidos em cópia não poderá ser feita pelo órgão administrativo.
- e) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

Questão 27: Sobre os cargos públicos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive em regime especial, e das fundações públicas federais (Lei nº. 8. 112/90), marque a alternativa **incorreta**.

- a) São acessíveis a todos os brasileiros.
- b) São criados por lei ou por decreto do poder executivo.
- c) Têm denominação própria.
- d) Têm vencimento pago pelos cofres públicos.
- e) São criados para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Questão 28: São requisitos básicos para investidura em cargo público, **exceto**:

- a) o gozo dos direitos políticos;
- b) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- c) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- d) a idade mínima de vinte e um anos;
- e) aptidão física e mental.

Questão 29: São deveres do servidor público federal, **exceto**:

- a) observar as normas legais e regulamentares;
- b) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- c) levar ao conhecimento do servidor mais antigo da repartição em que atua as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- d) atender com presteza à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- e) guardar sigilo sobre assunto da repartição.

Questão 30: Ao servidor, é proibido, **exceto**:

- a) opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- b) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- c) aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.
- d) exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
- e) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o quarto grau civil.

– RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO –

Questão 31: André, Bia e Carlos ficaram em recuperação, cada um, em uma das seguintes disciplinas: Matemática, Física e Química, não necessariamente nessa ordem. Cada uma das provas foi impressa em cor diferente. Foram utilizadas as cores azul, verde e laranja. A prova de André é verde; a prova de Carlos é de Física; a prova de Bia não é laranja e não é de Química.

As cores das provas de Matemática, de Física e de Química são, respectivamente:

- a) verde, laranja e azul.
- b) azul, verde e laranja.
- c) laranja, azul e verde.
- d) laranja, verde e azul.
- e) azul, laranja e verde.

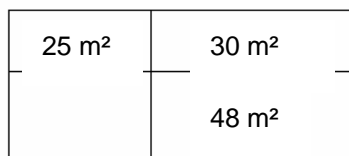
Questão 32: Considere as informações abaixo:

O total de água existente no planeta Terra é de 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos. Desse total, 97,5% é composto de água salgada. Os 35 milhões de quilômetros cúbicos restantes de água estão assim distribuídos: 69,5% não estão disponíveis (geleiras, neve e camada de terra congelada); 30,1% estão em aquíferos profundos e 0,4% é água da atmosfera e superfície da Terra (lagos, rios, solo, umidade do ar, pântanos, plantas e animais). Desses últimos 0,4%, apenas 6% estão disponíveis para o uso humano.

Diante dessas informações, a quantidade de água disponível para uso humano, em quilômetros cúbicos, é de:

- a) 8.400
- b) 140.000
- c) 336.000
- d) 35.000.000
- e) 84.000.000

Questão 33: Um terreno retangular está dividido em quatro lotes retangulares. As medidas das áreas de três deles estão indicadas na figura abaixo.



A área do terreno, em m², é de:

- a) 142
- b) 143
- c) 144
- d) 145
- e) 146

Questão 34: A tabela abaixo é o demonstrativo de um levantamento sobre 1.499 infrações de trânsito ocorridas no mês de janeiro em uma certa cidade.

Tipos de Infração	Gravíssima	Grave	Leve	Gravíssima e grave	Gravíssima e leve	Grave e leve	Gravíssima, grave e leve
Nº de Infratores	490	776	1.064	267	339	360	135

O número de pessoas que cometeram, pelo menos, duas infrações é:

- a) 501
- b) 696
- c) 803
- d) 966
- e) 1.101

Questão 35: O lucro L (em milhares de reais) de uma fábrica depende do número x de empregados em seu quadro. Essa dependência é dada pela lei $L(x) = -x^2 + 30x - 200$. O lucro máximo dessa fábrica é:

- a) R\$ 25.000,00
- b) R\$ 30.000,00
- c) R\$ 35.000,00
- d) R\$ 40.000,00
- e) R\$ 45.000,00

Questão 36: O professor de Matemática aplicou, em sua turma, um teste com cinco questões de múltipla escolha em que cada questão valia um ponto. A nota de cada aluno no teste foi a soma das notas das questões por ele acertadas. Após corrigir o teste, o professor produziu a seguinte tabela, contendo a porcentagem de acertos em cada questão:

Questão	1	2	3	4	5
% de acertos	50%	40%	60%	20%	10%

A média das notas nesse teste foi de:

- a) 1,8
- b) 2,0
- c) 2,5
- d) 2,8
- e) 3,0

Questão 37: Utilizando-se somente os algarismos 2, 3, 5, 7 e 8, escreve-se, seqüencialmente, em ordem crescente, todos os números de cinco dígitos distintos. Qual lugar, nessa seqüência, ocupará o número 53278?

- a) 24°
- b) 48°
- c) 54°
- d) 55°
- e) 120°

Questão 38: Uma loja oferece duas opções de pagamento na compra de uma mercadoria: à vista, com 25% de desconto, ou em duas prestações mensais iguais sem desconto, sendo a primeira prestação paga no ato da compra. A taxa mensal de juros dessa loja, embutidos nas vendas a prazo, é de:

- a) 20%
- b) 25%
- c) 50%
- d) 100%
- e) 150%

Questão 39: Rita, ao ganhar um livro de 511 páginas, leu a primeira página no primeiro dia e, nos dias seguintes, passou a ler sempre o dobro do número de páginas que havia lido no dia anterior até terminar de ler o livro. O número de dias que Rita levou para ler esse livro foi:

- a) 6
- b) 7
- c) 8
- d) 9
- e) 10

Questão 40: Fernando, Tales e Marcos escolheram, cada um, resultados possíveis na soma dos resultados obtidos pelo lançamento de dois dados. Combinaram que Fernando ganharia, caso a soma fosse 2, 3, 4 ou 5; Tales ganharia, caso a soma fosse 6, 7 ou 8; Marcos ganharia, caso a soma fosse 9, 10, 11 ou 12. Pelas apostas feitas, é **correto** afirmar que:

- a) Fernando tem a maior probabilidade de vencer.
- b) Marcos tem a maior probabilidade de vencer.
- c) Tales tem a maior probabilidade de vencer.
- d) Tales e Fernando têm a mesma probabilidade de vencer.
- e) Tales e Marcos têm a mesma probabilidade de vencer.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

CARTÃO – PROVA 02

– LÍNGUA PORTUGUESA –

Para responder às questões desta prova, leia o texto abaixo.

Pesquisa livre e arejamento mental

Semana passada li essa matéria no NY Times, falando sobre a possibilidade de toda a pesquisa dos professores da Universidade de Harvard ser disponibilizada, daqui para frente, *online* no site da instituição, de graça. Pelo prestígio que a universidade tem, uma iniciativa assim pode fazer com que várias das outras universidades do planeta optem pelo mesmo caminho, o que poderia aumentar substancialmente o volume de conhecimento disponível gratuitamente. Em uma primeira reação, pensando com o estômago, fiquei contente com a história e fiz votos de que a liberação ocorresse o mais rapidamente possível e servisse de exemplo para todos. O valor da pesquisa acadêmica é virtualmente inestimável. Os modelos modernos de crescimento econômico, por exemplo, sugerem que é justamente a pesquisa - tanto a pura quanto a aplicada - que pode explicar o crescimento constante de produtividade que, ao fim e ao cabo, é o que explica o enriquecimento das nações. É uma questão que está longe de ser trivial, portanto.

Continuei lendo a matéria, e as dúvidas começaram a surgir, induzidas pelo texto. Os opositores da medida sugerem que a estrutura atual de divulgação científica - em que os artigos são publicados em revistas acadêmicas ("journals"), onde passam por um processo de leitura crítica feita por outros pesquisadores da área, que permanecem no anonimato - garante a qualidade do que é publicado, o que não aconteceria em um sistema em que tudo que é escrito vai diretamente do autor para a rede. A perda de receita que as revistas acadêmicas fatalmente sofreriam também poderia resultar na diminuição de verbas dessas instituições a encontros acadêmicos, que são ferramentas importantes na geração e transmissão de conhecimento. Me lembrei de uma aula na faculdade em que descobri, algo chocante, que a distribuição gratuita de comida a países pobres da África costumava ter o efeito de aumentar a pobreza e a fome ao invés de diminuí-las, pois a distribuição de alimentos gratuitos reduzia o valor da colheita, diminuindo a principal fonte de renda das populações nativas. Não seria a primeira vez que boas intenções teriam o resultado oposto do pretendido, portanto.

Há outra questão não mencionada pelo artigo. O efeito negativo da publicação gratuita se faria sentir não apenas nos periódicos atuais, mas também diminuiria a probabilidade de abertura de novas revistas acadêmicas - uma maneira importante de divulgar novas áreas do conhecimento e abrigar os "rebeldes" de hoje que costumam se tornar os gurus de amanhã.

O assunto me veio à mente quando lia alguns dos posts e e-mails de leitores acerca do meu último artigo, "Pelo direito à ruindade". Tem gente que concorda, tem gente que discorda da argumentação ali exposta. Ok. O que me entristece são aquelas pessoas que pensam com o estômago e cercam seu cérebro de muros que as protegem de qualquer possibilidade de mudança de posicionamento. É o que se chama de ideologia.

Nesse caso específico, são as pessoas que dizem coisas como "que absurdo alguém

defender uma educação de má qualidade" ou "as pessoas só vão para essas universidades ruins porque o mercado exige; é uma farsa, não aprendem nada".

Defendo a ruindade na educação tanto quanto amo forró e música sertaneja. Defendo apenas que as pessoas tenham o direito de estudar em escolas de baixa qualidade, tanto quanto elas têm o direito de escutar forró e sertanejo, ritmos que me causam vertigem.

Creio que o artigo deixa bem claro que a educação superior é importante para o país, e também que o mercado de trabalho valoriza os diplomas de ensino universitário porque ele torna a pessoa mais produtiva do que o seu concorrente sem diploma. Se não houvesse melhora no mercado de trabalho, a maioria das pessoas não investiria muito tempo e recurso para se educar, e se as empresas não verificassem melhorias de desempenho nos alunos diplomados, por que pagariam a eles maiores salários? Claro que é possível que em um caso ou outro isso não aconteça, e a imprensa sempre será pródiga em relatar as exceções que confirmam a regra, mas podemos sinceramente acreditar que em um sistema que atrai praticamente um milhão de novos alunos, ano após ano, como ocorre na educação privada superior brasileira, todos ou a maioria está errada? Difícil.

A questão não é tanto a correção ou não do argumento. O mais interessante é a maneira como ele é tratado. Os que pensam com chavões e idéias pré-concebidas não estão pensando, apenas repetindo. Nesse caminho, se privam de uma das maiores alegrias que um ser humano pode ter, que é de ver coisas novas ou ver lados novos de uma moeda que já se imaginava conhecida. O risco do desconforto de se ver errado é o preço que se paga para estarmos certos. Quem não se dispõe a esse diálogo interno não obterá nenhum ganho do diálogo com terceiros.

Em tempo: depois da análise mais cuidadosa, mantenho a opinião da análise "estomacal": me parece que a postagem da pesquisa *online*, disponível a todos, representa um ganho social maior do que as possibilidades de perda. Os professores de Harvard também pensaram assim, e aprovaram maciçamente a nova política. Dentro em breve, esses artigos estarão disponíveis no site da biblioteca da universidade e através de mecanismos de busca como o Google Scholar.

O fato de a conclusão instintiva ser igual à decisão mais ponderada não significa que a ponderação foi um equívoco ou uma perda de tempo. Depois de ver o argumento pelos olhos de quem discordo e entender suas posições, vejo que é preciso monitorar o impacto que a nova medida terá sobre a qualidade da pesquisa publicada *online*, sobre o preço das revistas acadêmicas, sobre a realização de congressos de pesquisa e estar pronto para agir de modo a corrigir anomalias.

(IOSCHPE, Gustavo. *Veja.com: Dubitandum*. 21 fev. 2008.)

A partir de sua leitura, responda:

Questão 1: No texto, é objetivo comunicativo do autor mostrar que:

- a) a educação superior só é importante para o país a partir da universidade pública.
- b) quem pensa com o estômago corre o risco de chegar à conclusão errada.
- c) ele despreza as universidades particulares que não têm boa qualidade de ensino.
- d) o exame e a ponderação são recomendáveis diante de posição e opiniões incomuns.
- e) as pesquisas da Universidade de Harvard não devem ser publicadas em revistas acadêmicas.

Questão 2: Podemos dizer que, no texto, o autor:

- a) não concorda que a Universidade de Harvard divulgue suas pesquisas *online*.
- b) usa a mesma estratégia argumentativa, para defender tanto a decisão de Harvard quanto sua opinião sobre as universidades particulares.
- c) apóia-se em argumentos contrários aos utilizados pelos opositores da proposta de Harvard.
- d) defende a tese segundo a qual os países pobres da África devem receber comida gratuitamente.
- e) apresenta um contra-argumento novo: Harvard pode se igualar às universidades particulares.

Questão 3: A assertiva que complementa a resposta à questão anterior é que o autor:

- a) diante de uma conclusão instintiva, recua e examina ponderadamente os fatos a partir dos argumentos contrários.
- b) a partir de fatos incontestáveis, examina os argumentos que podem levar o leitor a negá-los.
- c) inicialmente, propõe uma tese; a seguir, procura comprová-la através da concordância parcial.
- d) de antemão, considera errados os argumentos contrários à sua tese.
- e) nega o óbvio, para, ao final, voltar atrás e concluir.

Questão 4: “...a distribuição gratuita de comida a países pobres da África costumava ter o efeito de aumentar a pobreza e a fome ao invés de diminuí-las...” (2º parágrafo)

A afirmação acima contém um(a):

- a) antítese.
- b) metáfora.
- c) paradoxo.
- d) ironia.
- e) hipérbole.

Questão 5: Releia a seguinte passagem do texto (4º parágrafo): “O que me entristece são aquelas pessoas que pensam com o estômago e cercam seu cérebro de muros que as protegem de qualquer possibilidade de mudança de posicionamento.”

Observa-se que, apesar dessa afirmação, o autor, em dois outros momentos do texto (1º e 9º parágrafos), afirma ter utilizado a mesma forma de pensar. Qual das assertivas abaixo garante a coerência de sua posição?

- a) Ele se declarou contrário aos que só pensam com o estômago e manteve sua opinião.
- b) Ele reconhece que a reflexão leva a conclusões que se aproximam de qualquer análise “estomacal”.
- c) Ele pensou com o estômago e, depois de examinar, com cuidado, os argumentos contrários, pôde manter sua opinião.
- d) Ele nos deixa inferir que a análise “estomacal” traz, como consequência, a impossibilidade de se reconhecer os equívocos.
- e) Ele considera que quem se limita a pensar com o estômago facilmente pode chegar a conclusões ponderadas.

Questão 6: Marque a afirmativa que **não** corresponde ao que está no texto.

- a) É possível que todo mundo venha a ter acesso às pesquisas da Universidade de Harvard.
- b) As pesquisas, em última análise, aumentam a produtividade.
- c) As pesquisas, antes de serem divulgadas em revistas acadêmicas, são analisadas e criticadas.
- d) As revistas acadêmicas podem perder receitas, se acontecer a divulgação das pesquisas *online*.
- e) Haverá a criação de novas revistas, se o projeto mencionado de Harvard vier a acontecer.

Questão 7: São três os argumentos mencionados pelo autor para justificar a oposição à possível iniciativa da Universidade de Harvard. Marque o **único** item que apresenta **todos** eles.

- a) Há análise crítica das pesquisas científicas antes de sua publicação em revistas; haveria perda de receita para as revistas acadêmicas; a criação de novos periódicos científicos se tornaria quase inútil.
- b) As revistas acadêmicas se tornariam escassas; as pessoas raciocinam pelo estômago; o valor da pesquisa acadêmica é virtualmente inestimável.
- c) A Universidade de Harvard não produz pesquisa de boa qualidade; os periódicos acadêmicos precisam de suporte financeiro; os consumidores das revistas científicas ficariam prejudicados.
- d) O acesso à informação científica sairia de graça, o que é trivial; as revistas acadêmicas não são analisadas antes de serem divulgadas; haveria prejuízos para os periódicos científicos já existentes.
- e) Nenhuma outra universidade seguiria o exemplo de Harvard; as pesquisas científicas devem ser divulgadas *online*; não haveria a criação de outros periódicos.

Questão 8: O 1º parágrafo do texto apresenta o tópico discursivo modalizado. Marque o item que contém, em todos os enunciados, a seqüência de recursos que marcam essa modalização:

- a) “...possibilidade ...de ser disponibilizada...” ; “...sugerem que é justamente...” ; “...pode explicar o crescimento...”
- b) “...pensando com o estômago...” ; “...é o que explica...” ; “...que está longe de ser trivial, portanto.”
- c) “...fiquei contente...” ; “...que a liberação ocorresse...” ; “É uma questão...”
- d) “...falando sobre essa possibilidade...” ; “...que a universidade tem...” ; “...pode aumentar...”
- e) “...iniciativa assim pode fazer...” ; “...optem pelo mesmo caminho” ; “...a liberação ocorresse...”

Questão 9: No 1º parágrafo, pode-se subentender, na oração reduzida de gerúndio, “...pensando com o estômago...”, uma relação de:

- a) consequência.
- b) oposição.
- c) causa.
- d) concessão.
- e) conclusão.

Questão 10: Do ponto de vista da construção da textualidade por progressão referencial, podemos dizer que o 4º parágrafo deste texto pode ser tomado como um exemplo de:

- a) inferência.
- b) oposição.
- c) remissão.
- d) anáfora.
- e) nominalização.

Questão 11: Observa-se que os parágrafos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º representam, em relação à totalidade do texto:

- a) uma descontinuidade temática, provocada por segmentos digressivos, sem prejudicar a construção da coerência.
- b) uma associação tema-rema, com desvio da progressão temática.
- c) a utilização de tópico discursivo que se opõe aos elementos discutidos na primeira parte do texto.
- d) a introdução de um sub-tópico sem relevância para a manutenção da continuidade temática.
- e) um procedimento discursivo para garantir a continuidade temática, havendo, no entanto, total desvinculação da seqüência argumentativa.

Questão 12: “Uma maneira importante de divulgar novas áreas do conhecimento e abrigar os “rebeldes” de hoje...” (3º parágrafo):

No enunciado acima, o termo “rebeldes” contém um(a)

- a) analogia.
- b) alusão.
- c) ironia.
- d) inferência.
- e) paradoxo.

Questão 13: Esses “rebeldes” a quem o autor se refere (3º parágrafo) seriam os:

- a) pesquisadores de ponta.
- b) editores dos periódicos científicos.
- c) “journals”.
- d) críticos dos textos acadêmicos.
- e) alunos das universidades particulares.

Questão 14: Abaixo, marque o item que contém construções reveladoras de que a variedade culta do português do Brasil vai se distanciando de certas prescrições da gramática normativa tradicional.

- a) “...e as dúvidas começaram a surgir, induzidas pelo texto.” / “A perda que as revistas acadêmicas fatalmente sofreriam...”
- b) “Há outra questão não mencionada pelo artigo” / “O assunto me veio à mente...”
- c) “...são as pesquisas que dizem coisas...” / “...que as pessoas tenham o direito...”
- d) “Me lembrei de uma aula na faculdade...” / “Tem gente que concorda...”
- e) “Se não houvesse melhora...” / “O risco do desconforto de se ver errado...”

Questão 15: “Defendo a ruindade na educação tanto quanto amo forró e música sertaneja. Defendo apenas que as pessoas tenham o direito de estudar em escolas de baixa qualidade, tanto quanto elas têm o direito de escutar forró e sertanejo, ritmos que me causam vertigem.” (6º parágrafo)

No trecho acima, o autor está dizendo que:

- a) defende tudo o que é considerado ruim, cada um sabe o que faz.
- b) gosta das universidades particulares ruins, elas são mais baratas.
- c) gosta tanto de música sertaneja, quanto de ensino de má qualidade.
- d) defende tudo aquilo que normalmente é rejeitado, questão de gosto.
- e) não gosta de forró, de música sertaneja, nem de má qualidade no ensino.

Questão 16: “Nesse caminho, se privam de uma das maiores alegrias que um ser humano pode ter, que é de ver coisas novas ou ver lados novos de uma moeda que já se imaginava conhecida.” (8º parágrafo)

De acordo com o texto, constituem “lados novos da moeda”:

- a) a distribuição de alimentos gratuitos / o fim da fome na África.
- b) a ruindade das universidades / o forró e a música sertaneja.
- c) os “rebeldes” de hoje / os gurus de amanhã.
- d) a divulgação das pesquisas *online* / a importância das universidades particulares.
- e) o pensar “estomacal” / o Google Scholar.

Questão 17: A expressão “Em tempo”, com que o autor inicia o 9º parágrafo, funciona como um(a):

- a) digressão que compromete a coerência do texto.
- b) mecanismo de reintrodução de tópico já discutido.
- c) introdução de circunstância temporal.
- d) estratégia de manutenção do tópico discursivo.
- e) marcador de relação discursivo-argumentativa de disjunção.

Questão 18: “O fato de a conclusão instintiva ser igual à decisão mais ponderada...” (10º parágrafo)

A ocorrência da crase no enunciado acima se dá pelo mesmo motivo que em:

- a) Esta é a opinião à qual você se refere.
- b) Não me dirijo a essa universidade, mas à que você me indicou antes.
- c) Chegou às pressas no escritório.
- d) Essa argumentação é superior à questão antes mencionada aqui.
- e) Não voltaremos mais àquele país.

Questão 19: Observe ainda: “O fato de a conclusão instintiva ser igual...” Esta é uma construção recomendada pela gramática normativa tradicional porque, segundo ela:

- a) o substantivo conclusão exige um complemento.
- b) o sujeito não pode ser regido de preposição.
- c) o substantivo fato tem valor abstrato.
- d) trata-se de um sujeito indeterminado.
- e) não se pode combinar preposição com artigo.

Questão 20: Do ponto de vista da construção da textualidade, o último parágrafo:

- a) explicita o objetivo comunicativo do texto.
- b) faz novamente uma digressão temática.
- c) conclui em direção contrária ao que havia sido anunciado.
- d) resume a questão do pensamento “estomacal”.
- e) apresenta uma contradição.

– LEGISLAÇÃO –

Questão 21: Segundo a Constituição Federal, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, **exceto**:

- a) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- b) limitação do direito de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, na forma de lei específica;
- c) pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.
- d) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- e) gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Questão 22: Segundo a Constituição Federal, as universidades gozam de autonomia que abrange os campos, **exceto**:

- a) Didático-científico.
- b) Administrativo.
- c) De gestão financeira.
- d) De gestão patrimonial.
- e) De admissão de pessoal, vedada a participação de estrangeiros em seus quadros.

Questão 23: Nos termos da Constituição Federal, art. 38, ao servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, **exceto**:

- a) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, deverá pedir exoneração de seu cargo, emprego ou função.
- b) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicado o disposto na letra anterior.
- d) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Questão 24: Segundo a Constituição Federal, é permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, nos seguintes casos, **exceto**:

- a) de dois cargos de professor
- b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico
- c) de dois cargos técnicos ou científicos
- d) de dois cargos ou empregos privativos de enfermeiro
- e) de dois cargos ou empregos privativos de médico

Questão 25: Quanto à instrução do processo administrativo, marque a alternativa **correta**.

- a) As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, vedada aos interessados a proposição de atuações probatórias.
- b) São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
- c) Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, mesmo havendo prejuízo para a parte interessada.
- d) A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas, vedado exame dos autos do processo administrativo em que essa consulta se realizar.
- e) O comparecimento à consulta pública confere, por si, a condição de interessado no processo.

Questão 26: Segundo a Lei nº. 9.784/99, em matéria de recurso no processo administrativo, é **incorreto** afirmar que:

- a) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.
- b) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.
- c) A autoridade que proferiu a decisão, ao receber o recurso, não poderá reconsiderá-la, devendo encaminhar o referido recurso, no prazo de cinco dias, à autoridade superior.
- d) Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.
- e) Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

Questão 27: Nas instituições de ensino superior, segundo o art. 47, § 1º, da Lei nº. 9.394/96, os critérios de avaliação informados aos interessados antes de cada período letivo são:

- a) de cumprimento obrigatório.
- b) de cumprimento facultativo, sendo modificáveis conforme a conveniência da instituição.
- c) de cumprimento obrigatório, somente no caso de instituições de ensino particular.
- d) de cumprimento obrigatório, somente no caso de instituições de ensino público.
- e) de cumprimento facultativo, sendo modificáveis conforme a conveniência do professor responsável pela disciplina.

Questão 28: No exercício da sua autonomia, as universidades públicas poderão, **exceto**:

- a) propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
- b) elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes, podendo estabelecer hipóteses de demissão e de aplicação de outras penalidades por faltas funcionais.
- c) aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;
- d) elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
- e) adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento.

Questão 29: À investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica, dá-se o nome de:

- a) reintegração.
- b) reversão.
- c) recondução.
- d) readaptação.
- e) recuperação.

Questão 30: Segundo a Lei nº. 8.112/90, a responsabilidade civil do servidor público decorre:

- a) somente de ato omissivo ou comissivo doloso.
- b) somente de ato comissivo doloso.
- c) de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- d) de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, independentemente de prejuízo ao erário ou a terceiros.
- e) de ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo, somente quando dele resulte prejuízo ao erário.